

(IN)COMPREENSÃO E (IN)TOLERÂNCIA SE (DES)APRENDEM NA ESCOLA

Prof. Dr. Oscar de Lira Carneiro

Unidade Acadêmica de Educação/UFMG

Conforme anunciado no resumo respectivo deste artigo, nos propomos aqui, analisar as possibilidades da compreensão e da tolerância se darem em sala de aula ou, pelo contrário, se desenharem no espaço escolar a incompreensão e a intolerância religiosa?

Para tanto, após introdução histórico-filosófica ao tema da tolerância e da compreensão, haveremos de apresentar três casos de intolerância e incompreensão noticiados pela imprensa nacional para, por último, centrados em autores com MORIN e DELORS, demonstrarmos a existência de estudos que fundamentam a inclusão, desde o mundo acadêmico, a cultura da tolerância graças à compreensão.

No curso da civilização, a escola consolidou sua condição de agência de aprendizagem por excelência, sobretudo desta associada ao ensino. Espera-se que aí, aprenda-se e ensine-se competências e habilidades, bem como valores. Quanto a estes, pressupõe-se aqueles considerados positivos, construtivos, isto é, que concorram para o bem viver, que estejam de acordo com o sistema ético-moral da sociedade em que a escola esteja integrada.

Se a escola consagrou-se como ambiente de aprendizagem, também, por sua função crítica, deve concorrer para a *desaprendizagem* de tudo aquilo que impeça o *freie geister*, o “espírito livre” concebido por NIETZSCHE ao sentenciar que ”Temos de aprender a desaprender-, para afinal, talvez muito tarde, alcançar ainda mais: *mudar de sentido*” (2000: 151).

Tem sido sintomático, nestas primeiras décadas do século XXI, o crescente volume de matérias e reportagens dando conta de conflitos envolvendo professores e alunos, sobretudo no ensino fundamental, cuja motivação central gira em torno da intolerância religiosa (*sic*). Não haveria aí algo paradoxal, haja vista, em nível legal e nos parâmetros curriculares, consolidar-se o reconhecimento da diversidade religiosa na sociedade brasileira e da laicidade no ensino?

Por outro lado, a abundância de reflexões consistentes sustentadas por teóricos preocupados com tendências relacionadas à problemática da diversidade no convívio humano e seus efeitos na educação apontam para a necessidade de se problematizar a inquietante realidade da história contemporânea da educação nacional no que compete à diversidade religiosa e à tolerância, quais a de Edgar MORIN (**Os sete saberes necessários à educação do futuro**), do relatório **Educação: um tesouro a descobrir** elaborado para a UNESCO pela Comissão Internacional sobre educação para o século XXI e organizado por Jacques DELORS, do sintético trabalho do seu ideário como **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** escrito por Paulo FREIRE, além de clássicos como o **Tratado sobre a tolerância** de Voltaire e o livro IV do **Emílio** em que ROUSSEAU discute a relação educação e religião.

Com raríssimas exceções, as relações históricas entre tradições religiosas têm sido marcadas pela intolerância e violência em busca de se atingir a hegemonia totalitária de uma concepção em detrimento do direito de existência legítima às demais.

Contudo, uma das mais importantes marcas da contemporaneidade tem sido a tentativa em se reconhecer o pluralismo cultural, bem como a conseqüente convivência pacífica entre os diversos discursos e práticas religiosas. Isto pressupõe, a princípio, o reconhecimento da legitimidade da religião assumir uma polifonia e, por implicação lógica, pelo menos, o exercício da tolerância entre as diversas vozes da transcendência, institucionalizadas ou não, alcançando ainda essa malha da tolerância até mesmo a negação ateísta. Contudo, atentados violentos ou simbólicos (midiáticos, sobretudo), assumidos ou não por grupos fundamentalistas fanáticos, evidenciam a dificuldade de muitos segmentos sociais em reconhecer e exercitar elementos éticos com alteridade, tolerância e coexistência ecumênicas.

Assim, é de se perguntar pela fundamentação filosófica desses valores, seus limites e aplicabilidade social. Que respostas a tradição filosófica, especificamente a Filosofia da educação, proporia ao dilema da fé: combate ou debate?

Começando pelo mundo clássico, podemos lembrar que PLATÃO (2001:122-123), informa-nos na **Apologia**, que dentre as três acusações assacadas contra Sócrates por Méleto, está aquela que diz o mestre “é culpado de corromper os moços e não acreditar nos deuses que a cidade admite, além de aceitar divindades novas”. Ainda que alguns comentadores julguem fraca a tese da condenação de Sócrates por razões religiosas, posto que os atenienses eram tolerantes até com os deuses estrangeiros (veja-se a referência do apóstolo Paulo nos

Atos, ao deus desconhecido). No entanto, a intolerância dos helenos contra os bárbaros salta à vista de qualquer pesquisador.

Episódios como o tensionamento entre cristãos e islâmicos no século XV teve como resposta excelente texto filosófico como **A paz da fé** (1453) de Nicolau de Cusa.

No início da Idade Moderna, quando o conflito se dava por força do fanatismo de católicos e protestantes, Michel de Montaigne, inspirando-se no imperador romano Juliano que reconheceu a convivência pacífica entre as religiões, propôs (cf. **Ensaio**, livro II, item 19) que cada indivíduo, sem medo e sem impedimento, vivesse sua religião.

Tudo isso não impediu que episódios lamentáveis com a expulsão de Spinoza da sinagoga de Lisboa por divergências teológico-filosóficas com os rabinos e a repugnante morte de Giordano Bruno em fevereiro de 1600, queimado em praça pública.

Em sua **Carta sobre a tolerância** (1689), Locke estabelece que a tolerância religiosa só é possível com a separação e independência entre Igreja e Estado

Nessa mesma tendência, o Século das Luzes recebe as contribuições de Voltaire, Rousseau e Condorcet, que concorrem para a religião ser vivida como experiência do indivíduo, cabendo à sociedade garantir a laicidade do ensino. Sobretudo Rousseau tematiza a fé independente e tolerante pela voz do personagem Vigário de Saboia (cf. **Emílio**, livro IV), apesar de se contradizer com a concepção de religião civil em *O contrato social*.

O século XIX é, por excelência, o século da negação da religião: o ateísmo de Marx, Nietzsche e Freud, materialistas, modernos e racionais de algum modo foi frustrado pelo ressurgimento da religião nos séculos subsequentes até mesmo nas nações que adotaram o viés ideológico do materialismo histórico.

Na contemporaneidade, Bergson apresenta sua investigação quanto à origem e evolução da experiência religiosa imbricando-a à moral. Sua classificação de todas as práticas históricas da religião se resume em dois tipos básicos: religião estática e religião dinâmica.

Em *Les deux sources de la morale et de la religion* (1932) a religião estática, que marca a expressão mais primitiva de fé, fruto da *função fabuladora*, mecanismo natural que corrige a inteligência de seu efeito egoísta nas organizações sociais, bem como dilui no ser humano a certeza imobilizadora da vinda da morte, contrapondo a isto a noção de sobrevivência do ser. Esse tipo de religião está associada à moral fechada e, assim, juntos, concorrem pela vinculação do indivíduo à sociedade. É reacionária, fundamenta-se em dogmas, práticas exteriores, canônes tradicionais, crenças cristalizadas. A religião, desse

modo, deve concorrer para a estabilidade social e, por isso, legitima os valores de obrigações e pressão sociais sustentados pela moral fechada.

Já a religião dinâmica, como sugere o título, vai além da sociedade, da nação. Busca criar, inovar valores e práticas considerando o indivíduo, a humanidade. Tenta ser movimento, progresso, e, por isso, não busca referendar fórmulas e práticas consolidadas. Relaciona-se com a moral aberta. Isso implica dizer que, sob essa abordagem a intolerância religiosa é fruto dos indivíduos, cujas mentes e corações ainda estão sob as grades da religião estática, o que implica viverem sob uma moral fechada.

E, encerrando este breve passeio pela tradição filosófica em busca de fundamentos para a tolerância, podemos ainda aludir que no século XX, os pensadores judeus Emmanuel Lévinas e Martin Bubber, retomam, de algum modo, a superação do mito de Narciso no campo da religião ao problematizarem, cada um à sua maneira, a intersubjetividade, ao reconhecimento do outro e de sua *outridade* estabelecendo-se aí as bases da alteridade, tão necessária ao diálogo reverente e compreensivo entre os diferentes no universo do multiculturalismo religioso

Na interface educação *versus* religião, trabalhos mais ancorados na realidade brasileira, apontam para uma superação da fragmentação analítica, cartesiana e um avanço em busca de um discurso da totalidade. Algumas provas disso estão manifestas nos trabalhos acadêmicos dos professores Ruy Cezar do Espírito SANTO (**O renascimento do sagrado na educação**, UNICAMP) e Ferdinando RÖHR (**Diálogos em educação e espiritualidade**, organizador, UFPE).

DOS FATOS DE INTOLERÂNCIA (REPORTAGENS)

Como nos propomos no resumo deste trabalho a analisar a existência de intolerância religiosa nas relações humanas que se dão em escolas brasileiras, para tal recortamos apenas três casos veiculados pela imprensa nacional que evidenciam esse abuso, cujo relato, na íntegra, está disponibilizado nas páginas da internet informadas abaixo:

Caso 1) <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/35004-aluno-ateu-diz-ser-perseguido-por-nao-rezar-na-sala-de-aula.shtml> (acessado em 19 de abril de 2013)

Caso 2) http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonas-Manaus-Cotidiano-Polemica-alunos-professores-trabalho-escolar-afro-brasileiro-evangelicos-satanismo-homossexualismo-espiritismo_0_808119201.html (idem)

Caso 3) <http://oglobo.globo.com/pais/estudante-diz-sofrer-agressoes-por-intolerancia-religiosa-4449745> (ibidem)

Ante fatos como esses como atingir a superação por uma educação que contemple a tolerância como valor essencial para a convivência harmônica entre credos diferentes (ou até nenhum credo)?

O enfoque filosófico-pedagógico ao problema da tolerância na educação do dias hodiernos não pode deixar de se referir a duas grandes contribuições recentes: Jacques DELORS, organizador do relatório **EDUCAÇÃO: um tesouro a descobrir**, para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI (1993-1996) e Edgar MORIN e seu ensaio **Os sete saberes necessários à educação do futuro** , lançado no ano 2000, também sob os auspícios dessa agência de da ONU para a educação, ciência e cultura.

DELORS apresenta como terceiro dentre os quatro pilares da educação o “Aprender a viver juntos, aprender a viver com outros” (os outros três são aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser). Sobre a convivibilidade na educação, escreve o político e economista francês relator (2003:96-97):

“...esta aprendizagem representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. O mundo atual é, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe à esperança posta por alguns no progresso da humanidade. A história humana sempre foi conflituosa, mas há elementos novos que acentuam o perigo e, especialmente o extraordinário potencial autodestrutivo criado pela humanidade no decorrer do século XX (...) Podemos conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de os resolver de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros, das suas culturas, **da sua espiritualidade?** (grifo nosso)”

E, adiante arremata (2003:97):

“ A experiência prova que, para reduzir o risco, não basta por em contato e em comunicação membros de grupos diferentes (através de escolas comuns a várias etnias ou religiões, por exemplo). Se, no seu espaço comum estes grupos já entram em competição ou se o seu estatuto é desigual, um contato deste gênero pode, pelo contrário, agravar ainda mais as tensões latentes e degenerar em conflitos. Pelo contrário, se este contato se fizer num contexto igualitário, e se existirem objetivos e projetos comuns, os preconceitos e a hostilidade latente podem desaparecer e dar lugar a uma cooperação mais serena e até à amizade”\

Karan SINGH (In: DELORS, 2003:245), membro da Comissão responsável por esse relatório, ministro da educação da Índia, presidente do Templo da Compreensão (organização interconfessional Internacional) e autor de diversas obras que tematizam filosofia, ciência política e ambiente, em sua contribuição, ao apontar seis premissas para uma filosofia holística da educação, apresenta as seguintes, estritamente ligadas à problemática que envolve educação e religião:

“O ódio e o sectarismo, o fundamentalismo e o fanatismo, a inveja e o ciúme, entre pessoas, grupo ou nações, são paixões destruidoras que é preciso vencer agora que nos achamos no limiar de um novo século;

(...)

As grandes religiões do mundo na luta pela supremacia devem parar de se combater, e cooperar para o bem da humanidade, a fim de reforçar, graças a um diálogo permanente e criativo entre as diferentes confissões, o filão de ouro que são as suas aspirações espirituais comuns, renunciando aos dogmas e anátemas que as dividam”

Esses excertos apontam para um problema historicamente construído, a intolerância, e uma saída pela educação, inevitável e urgente, calcada na tolerância.

No caso do sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, ao elencar, entre os sete saberes necessários à educação do futuro (As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; Os princípios do conhecimento pertinente; Ensinar a condição humana; Ensinar a identidade terrena; Enfrentar as incertezas; Ensinar a compreensão; e A ética do gênero humano), podemos destacar o “ensinar a compreensão humana” como o saber que melhor fundamenta a prática da tolerância na dinâmica do relacionamento humano.

Morin (2011:83) arrola entre os obstáculos à compreensão, dentre outros:

“...a incompreensão dos Valores imperativos propagados no seio de outra cultura, como o são nas sociedades tradicionais o respeito aos idosos, a obediência incondicional das crianças, a crença religiosa ou, ao contrário, em nossas sociedades democráticas contemporâneas, o culto ao indivíduo e o respeito às liberdades”.

Mais adiante, Morin (idem: 86) propõe uma ética da compreensão capaz de oferecer um “compreender de modo desinteressado”, preliminar, isto é:

“A ética da compreensão é a arte de viver que nos demanda, em primeiro lugar, compreender de modo desinteressado. Demanda grande esforço, pois não pode esperar nenhuma reciprocidade: aquele que é ameaçado de morte por um fanático compreende por que o fanático quer matá-lo, sabendo que este jamais o compreenderá. Compreender o fanático que é incapaz de nos compreender é compreender as raízes, as formas e as manifestações do fanatismo humano. É compreender porque e como se odeia ou se despreza. A ética da compreensão pede que se compreenda incompreensão”.

MORIN (cf. Ibidem: 87) aponta ainda dois elementos que favorecem a compreensão: o “bem pensar”, quer dizer, a apreensão complexa, em conjunto texto e contexto, e o exercício da introspecção, o autoexame crítico e descentralizado, posto que para ele, o egocentrismo, o

sociocentrismo e o etnocentrismo concorrem bastante para a geração e manutenção da intolerância.

Didaticamente, o teórico do pensamento complexo (Ibidem: 89) apresenta a tolerância sob quatro graus, quais sejam:

“o primeiro, expresso por Voltaire, obriga-nos a respeitar o direito de proferir um propósito que nos parece ignóbil; isso não é respeitar o ignóbil, trata-se de evitar que se imponha nossa concepção sobre o ignóbil a fim de proibir uma fala. O segundo grau é inseparável da opção democrática: a essência da democracia é se nutrir de opiniões diversas e antagônicas; assim, o princípio democrático conclama cada um a respeitar a expressão de idéias antagônicas às suas. O terceiro grau obedece à concepção de Niels Bohr, para quem o contrário de uma idéia profunda é uma outra idéia profunda; dito de outra maneira, há uma verdade na idéia antagônica à nossa, e é esta verdade que é preciso respeitar. O quarto grau vem da consciência das possessões humanas pelos mitos, ideologias, idéias ou deuses, assim como da consciência das derivas que levam os indivíduos bem mais longe, a lugar diferente daquele onde querem ir”.

E, ratificando Saint-Just e Karl Popper, define o limite da tolerância ao afirmar que “A tolerância vale, com certeza, para as idéias, não para os insultos, agressões ou atos homicidas” (Ibidem). Isto porque SAINT-JUST afirmou que “ Não há liberdade para os inimigos da liberdade” (Apud Françoise Héritier In: CHANGEUX, 1999:82) , paradoxo retomado de modo mais direto por Karl POPPER ao escrever que “Se formos de uma tolerância absoluta, mesmo para com os intolerantes, e se não defendermos a sociedade tolerante contra seus assaltos, os tolerantes serão aniquilados, e com eles a tolerância” (Apud COMTE-SPONVILLE, 1995: 176-177).

Depois de apresentar diversos exemplo positivos dos efeitos da compreensão no intercâmbio cultural ocidente-oriente, MORIN (2011: 91) conclui que:

“A compreensão é ao mesmo tempo meio e fim da comunicação humana. O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensões mútuas. Dada a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita da reforma planetária das mentalidades; esta deve ser a tarefa da educação do futuro.”

Tolerantia, do latim, procede de *tolerare*, isto é, suportar. No entanto, não seria mais justo a reverência à outridade religiosa ?

Estariam nossos professores e alunos licenciandos dispostos a tanto? Sem base crítica, reproduziram em sala de aula práticas milenares de narcisismo egoico de seus grupamentos religiosos ou se renderiam a um paradigma calcado sobre o respeito à diferença?

Por outro lado, que efeitos trariam a adoção de reflexões rigorosas sobre o homem e seu potencial inexplorado para compreender e tolerar? Disciplinas acadêmicas têm o poder de despertar a reflexão e a revisão de preconceitos dos que aportam à universidade sequiosos de um diploma?

Referências

1. BASSO, Ilda Ir. **Uma ética para educar**: valores da formação docente. Bauru:EDUSC, 2006.
2. BERGSON, Henri. Bergson. Tradução Natanael Caixeiro. **As duas fontes da moral e da religião**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
3. CHANGEUX, Jean-Pierre (org.). **Uma ética para quantos?** Tradução Maria Dolores Prades Vianna e Waldo Mermelstein. Bauru:EDUSC, 1999 (coleção Filosofia e política)
4. COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 173-189.
5. DELORS, Jacques (org.) Tradução José Carlos Eufrásio. **Educação**: um tesouro a descobrir- relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 8ª., São Paulo:Cortez;Brasília:MEC:UNESCO, 2003.
6. FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 11ª., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.41-42.
7. _____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 42ª., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
8. LÉVINAS, Emmanuel. Tradução **Entre nós**: ensaios sobre alteridade. 5ª., Petrópolis: Vozes, 2010
9. MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª., São Paulo:Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
10. MORIN, Edgar, ALMEIDA, Maria da Conceição de & CARVALHO, Edgard de Assis. Tradução de Edgard de Assis Carvalho. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. 5ª., São Paulo: Cortez, 2009.
11. _____. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2009 (ALMEIDA, Maria da Conceição & CARVALHO, Edgard de A., Orgs.).
12. NIETZSCHE, F. **Aurora**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo, Nova Cultural, 2000, p. 135-170 (Coleção Os Pensadores)
13. PENA-VEJA, Alfredo, ALMEIDA, Cleide R.S. & PETRAGLIA, Izabel (Orgs.). 4ª., São Paulo: Cortez, 2011.
14. PLATÃO. **O banquete/Apologia de Sócrates**. Tradução Carlos Alberto Nunes. 2ª, Belém Editora Universitária UFPA, 2001, p.122-123.

15. RÖHR, Ferdinando. **Diálogos em educação e espiritualidade**. Recife, Editora Universitária UFPE, 2010.
16. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 3ª., São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 271-490.
17. SANTO, Ruy Cezar do Espírito. **O renascimento do sagrado na educação**. Campinas: Papirus, 1998 (Coleção Práxis).
18. VOLTAIRE. Tradução Paulo Nunes. **Tratado sobre a tolerância**: a propósito da morte de Jean Calas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.